

### **ATA NÚMERO 189/XII (3.ª)**

Aos três dias do mês de setembro de 2014, pelas 15 horas e 40 minutos, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na Sala 1, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças, que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

15:30 horas:

Audição de Diogo José Fernandes Homem de Lucena, membro cooptado para o Conselho Geral Independente (CGI) da Rádio e Televisão de Portugal, SA.

17:00 horas:

Audição de Álvaro Cordeiro Dâmaso, membro cooptado para o Conselho Geral Independente (CGI) da Rádio e Televisão de Portugal, SA.

---

Dando início à audição, o Senhor Presidente da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, Deputado Mendes Bota, deu a palavra a Diogo José Fernandes Homem de Lucena, membro cooptado para o Conselho Geral Independente (CGI) da Rádio e Televisão de Portugal, SA, que se dispensou de fazer uma intervenção inicial.

Na primeira ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados André Pardal (PSD), Pedro Delgado Alves (PS), Raúl de Almeida (CDS-PP) e Carla Cruz (PCP).

O Senhor Deputado André Pardal (PSD) referiu-se à criação do CGI e às alterações legislativas introduzidas nos Estatutos da RTP e no contrato de concessão e ao modelo implementado, traduzindo-se num aumento da transparência e da fiscalização da rádio e televisão pública; perguntou a Diogo de Lucena qual era a sua definição de serviço público; a expectativa que tinha quanto ao funcionamento do CGI e à futura relação entre este órgão e o próprio Conselho de Administração e com a Assembleia da República; ao modelo de governação da RTP; e se sentia uma responsabilidade acrescida como membro cooptado do CGI.

O Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS) disse que o primeiro desafio que o CGI terá será o da definição do seu modelo de gestão e a sua caracterização, daí perguntar-lhe se os

recursos financeiros e humanos à disposição da empresa serão suficientes para a cabal prestação de um serviço público com qualidade, já que só muito dificilmente as receitas comerciais e do audiovisual conseguirão dar um maior desafogo à empresa; que uma das questões mais relevantes tinha também a ver com a interação com os outros órgãos da empresa, designadamente com o Conselho de Opinião e o Provedor do Ouvinte, tendo perguntado o que conseguirá fazer o CGI para marcar a diferença e fazer diferente; que um dos elementos caracterizadores do serviço público tem a ver com a sua função de garantia do pluralismo e de uma maior diversidade, não só na oferta de programação, mas particularmente na oferta informativa, pois ele deve ser um garante de qualidade do debate público, tendo perguntado a Diogo de Lucena qual a sua visão sobre a missão do serviço público de garantir um debate informado e de ser um fator de enriquecimento adicional.

O Senhor Deputado Raúl de Almeida (CDS-PP) disse que o CGI foi criado exatamente para haver uma desgovernamentalização do serviço público de rádio e de televisão, o que poderá também proporcionar um aprofundamento da riqueza da diversidade cultural e social do País e da democracia já que, quanto mais independente for, quanto mais desgovernamentalizada e despartidarizada estiver a empresa mais se dará o aprofundamento da participação da RTP no desenvolvimento do País; que com este novo modelo de financiamento vai passar a existir uma independência face ao poder político e ao Orçamento do Estado de cada ano e a RTP vai saber antecipadamente os meios que tem de gerir, onde pode maximizar ou minimizar; que se torna fundamental fazer a identificação da RTP com a realidade económica e financeira de todos os portugueses a quem a RTP serve; perguntou a Diogo de Lucena qual a sua visão em relação à RTP como um ativo importante do País na afirmação, quer da língua e da cultura portuguesas a nível internacional, quer da economia portuguesa e da forma de ver e de estar no mundo do nosso país, quer como instrumento da coesão nacional.

A Senhora Deputada Carla Cruz (PCP) recordou a posição defendida pelo Grupo Parlamentar do PCP desde o início da discussão desta matéria, muito crítica em relação a todas as alterações introduzidas, designadamente quanto à criação do CGI, forma que o Governo encontrou para se desresponsabilizar, e quanto ao seu financiamento, na medida em que entende que a indemnização compensatória é mais transparente e clara e garante a verdadeira independência do serviço público; de seguida, perguntou de que forma é que se podem cumprir os princípios adstritos ao contrato de concessão de serviço público com este financiamento adstrito à CAV e às receitas de publicidade; como se pode garantir que o Arquivo vai ser preservado na esfera pública; como

poderá ser feita a coesão territorial quando as delegações e os centros de produção regionais estão todos depauperados, designadamente o dos Açores; que reformas internas serão levadas a cabo e se vai haver mais despedimentos coletivos.

Diogo de Lucena respondeu individualmente a cada Grupo Parlamentar, no seguimento das respetivas intervenções, tendo referido que no contrato de concessão e nos estatutos da RTP há um conjunto de obrigações bem claras e especificadas, e que o seu papel no CGI será o de garantir que a empresa cumpre tudo aquilo que está estipulado; que o CGI terá de tentar avaliar se as iniciativas que o Conselho de Administração possa vir a tomar, e adicionais àquelas que estão estritamente previstas no contrato de concessão, nos estatutos e na lei, são ou não bem-vindas à luz do conceito de serviço público; que garantir que a empresa consegue cumprir todas as suas obrigações vai obrigar a um esforço bastante grande; que o quadro em que a empresa se vai movimentar é muito exigente, mas também muito claro, que há uma certa clareza quanto ao financiamento, designadamente em termos comerciais.

Mais acrescentou que o CGI estará atento a essas oportunidades e tentará que o Conselho de Administração seja ambicioso e consiga fazer mais com os recursos disponíveis; que a empresa precisa de ser redimensionada, mas que acredita que há condições para levar a tarefa a bom porto; que está convencido de que vai haver uma boa cooperação entre o CGI e o Conselho de Administração e que a supervisão e a fiscalização não têm de ser hostis; os dois órgãos vão exercer as suas funções com espírito de colaboração e de cooperação fortes para que a empresa cumpra as suas obrigações de serviço público e seja um paradigma de qualidade e eficiência; que a RTP, como empresa pública que é, tem de prestar contas à Assembleia da República; que não se sente com mais ou menos legitimidade do que os membros indigitados e que do CGI faz parte um grupo de seis pessoas, que vai ter de se entender, organizar, fazer o seu regulamento interno, escolher o seu Presidente e pôr o órgão a funcionar.

Afirmou, também, que a empresa tem de ser independente do Governo e que a multiplicidade de órgãos multiplica a responsabilização, mas não dá um poder total a ninguém; que, enquanto do Conselho de Opinião fazem parte pessoas que representam interesses no bom sentido da palavra, os membros do CGI foram escolhidos para serem independentes, para dizerem aquilo que pensam; que a complexidade do modelo de gestão tem a ver com o modelo de financiamento; que algumas tarefas relativas ao financiamento são da responsabilidade do Governo, que terá, por exemplo, de aprovar o elemento do Conselho de Administração que tiver o

pelouro financeiro; que a forma de financiamento foi desenhada para criar independência do poder político; que a RTP é um ativo fundamental na afirmação da língua e da cultura portuguesas no mundo e um fator de coesão nacional; que o valor do serviço público está acima dos custos de qualquer reforma, isto é, julga que vale a pena levar a cabo uma reforma interna, porque, embora tenha custos e seja complicada e dolorosa, ela permite melhorar a prestação de serviço público.

Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente deu por terminada a audição às 16 horas e 20 minutos.

A presente audição foi gravada, existindo o seu registo vídeo disponível para consulta em <http://www.canal.parlamento.pt/>, razão pela qual não se faz o seu desenvolvimento nesta sede.

Pelas 16 horas e 35 minutos o Senhor Presidente deu início à audição de Álvaro Cordeiro Dâmaso, membro cooptado para o Conselho Geral Independente (CGI) da Rádio e Televisão de Portugal, SA, que prescindiu de fazer uma intervenção inicial.

Na primeira ronda única de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Maria da Conceição Caldeira (PSD), Inês de Medeiros (PS), Raúl de Almeida (CDS-PP) e Carla Cruz (PCP).

A Senhora Deputada Maria da Conceição Caldeira (PSD) iniciou a sua intervenção perguntando a Álvaro Dâmaso de que forma vai pôr o seu vasto *curriculum* e a sua enorme experiência ao serviço do CGI e se considera que esse seu contributo pode trazer mais-valias a um órgão que se quer independente; como se processarão as relações a estabelecer com o Conselho de Administração em funções; se concorda com as transformações levadas a cabo pelo atual Conselho de Administração; se subscreve o plano de redimensionamento em curso e se acredita na sustentabilidade da empresa; se a RTP poderia estar melhor representada na TDT e o que poderia ser feito em matéria de expansão da sua oferta em termos de sinal aberto; e, por fim, se acredita que a RTP, com um plano de negócios coerente, consistente e financeiramente equilibrado, pode vir a ser uma verdadeira empresa de serviço público e se o novo modelo de gestão societária pode ajudar a esse desígnio.

A Senhora Deputada Inês de Medeiros (PS) reiterou as dúvidas do Grupo Parlamentar do PS quanto à criação do CGI, na medida em que a RTP passará a ter uma estrutura complexa, com sobreposição de responsabilidades, o que poderá trazer alguma opacidade, pelo que o CGI terá de

ter um papel muito ativo e de definir bem as linhas orientadoras; perguntou também a Álvaro Dâmaso qual a sua visão sobre o serviço público de rádio e de televisão, as suas obrigações e o seu subfinanciamento, atendendo ao corte muito significativo que este teve e que pode pôr em risco algumas das suas missões fundamentais, nomeadamente em termos internacionais, em termos de coesão nacional, etc.

O Senhor Deputado Raúl de Almeida (CDS-PP) sublinhou que o Grupo Parlamentar do CDS-PP acredita que a RTP existe para os portugueses e para os servir, e só faz sentido se for sustentável por estes; que vai ser preciso muito engenho, reduzir, imaginar e criar uma nova televisão; que com menos ou os mesmos meios será fácil fazer muito melhor na RTP Internacional, promovendo, por exemplo, o país, uma certa ideia de Portugal estar no mundo perante as comunidades estrangeiras, sendo também um mecanismo de promoção da coesão nacional a nível político, cultural, etc.; por último, perguntou como é que a RTP pode ter uma participação maior quanto à disponibilidade de haver mais canais em sinal aberto para os portugueses, com uma oferta melhor, maior e mais variada e com acesso gratuito.

A Senhora Deputada Carla Cruz (PCP) frisou a posição do Grupo Parlamentar do PCP quanto à criação do CGI, forma que o Governo encontrou de se desresponsabilizar, e ao financiamento da RTP, na medida em que a indemnização compensatória permitia assegurar uma independência do setor económico, tendo perguntado como é que, com este estrangulamento financeiro, vai conseguir cumprir o serviço público de rádio e de televisão, designadamente aquilo que tem a ver com a coesão territorial, a defesa da língua e da cultura portuguesas, o apoio à produção independente e a produção própria.

Álvaro Dâmaso respondeu individualmente a cada Grupo Parlamentar, no seguimento das respetivas intervenções, tendo começado por referir que acredita que um bom plano de gestão da RTP vai conseguir alcançar os seus objetivos; debruçou-se sobre os problemas de ordem financeira e outros com que se defrontam os Centros Regionais dos Açores e da Madeira, mas pensa que há soluções para o efeito, sem perda de autonomia, com base num contributo novo para a sustentabilidade desses centros regionais, os quais têm de passar por uma fase muito difícil de ponderação dos recursos existentes para o serviço que têm de prestar; há que conhecer os recursos que se podem captar de novo, novas fontes de financiamento ao serviço que tem de prestar, modelado à realidade atual; que em termos objetivos considera que a sua experiência pode ser uma mais-valia e que, neste momento, não tem condições para ajuizar o trabalho do

Conselho de Administração da RTP; que em princípio não tem nada contra aquilo que leu e que está já publicado relativamente ao plano estratégico implementado.

Acrescentou, também, que a situação financeira da RTP é bem diferente da existente há alguns anos atrás; que estão perfeitamente definidas as funções estratégicas e de supervisão do CGI, que define as grandes linhas de orientação, pelo que não há qualquer sobreposição mas, sim, complementaridade na definição das grandes linhas orientadoras e na aprovação do plano estratégico; concorda com o modelo implementado pelo Governo, que tem a sua lógica e a sua clareza, estando tudo dependente de quem o executar; que o presidente do Conselho de Administração deve ser um gestor, com valências na área da comunicação, mesmo que sejam na área de *marketing* ou de relacionamento público, e também na área do serviço público; depois de analisar a situação financeira da empresa concluiu que, se o modelo de gastos e de receitas, e se a situação de mercado se mantiver, a empresa terá um défice que não teve nos dois anos anteriores; que há uma necessidade absoluta de quantificar o serviço universal, alocar as suas funcionalidades a um custo, e saber quanto custa; que a ideia que tem da supervisão não é repressiva mas, sim, preventiva e cooperante, e que o CGI, em estreita colaboração com os outros órgãos sociais da RTP, pode ajudar a encontrar uma solução de viabilidade para o serviço público que os portugueses querem que seja prestado pela RTP.

Na segunda ronda única de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Lúcia Bulcão (PSD), Inês de Medeiros (PS), Raúl de Almeida (CDS-PP) e Carla Cruz (PCP), após o que Álvaro Dâmaso respondeu a todas as questões colocadas.

A presente audição foi gravada, existindo o seu registo vídeo disponível para consulta em <http://www.canal.parlamento.pt/>, razão pela qual não se faz o seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo mais inscrições, a audição terminou às 18 horas.

Palácio de São Bento, 3 de setembro de 2014

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO,**

**(MENDES BOTA)**

### Folha de presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Santa  
André Pardal  
Carla Cruz  
Inês de Medeiros  
Isabel Oneto  
Jacinto Serrão  
João Portugal  
Lídia Bulcão  
Maria da Conceição Caldeira  
Mendes Bota  
Paula Gonçalves  
Pedro Delgado Alves  
Raúl de Almeida  
Sandra Pontedeira  
Sérgio Azevedo  
Amadeu Soares Albergaria  
Carla Rodrigues  
João Lobo

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Cecília Honório  
Paulo Almeida  
Rosa Arezes

Estiveram ausentes em trabalho parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Mónica Ferro



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

---

*A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia 26/11/2014.*